

# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONSANTO

## Relatório de Gestão da Mesa administrativa

Exercício de 2017

### Introdução

Concluimos quatro anos á frente da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, procuramos fazer o melhor sobre os destinos desta Instituição, fizemo-lo convictos da responsabilidade que é desempenhar esta missão, com a consciência de que estamos numa Instituição cujo valor social e humano é fundamental em termos locais e regionais e qual temos o dever de preservar e valorizar.

Com a experiência e conhecimentos adquiridos na gestão da Instituição entendemos que, para além do valor económico, não é menos importante e necessário gerir bem as emoções e o relacionamento de pessoas emocionalmente mais debilitadas.

Procuramos ser eficazes na gestão dos bens materiais, humanos e culturais e nos processos contenciosos e pré-contenciosos, temos tentado evitá-los mas, quando ocorrem, procuramos resolvê-los tendo sempre em conta os interesses da Santa Casa, procurando manter o regular funcionamento da instituição.

Continuamos com grande empenho e dedicação conscientes de que esta região, as pessoas que aqui residem, as pessoas que aqui trabalham, a história dos nossos antepassados, a nossa cultura e as nossas tradições merecem ser protegidas e preservadas.

### Plano estratégico para a sustentabilidade futura

A desertificação do interior de Portugal, conduziu a que a tenhamos cada vez menos população, por isso é muito importante reforçar as organizações existentes que garantam algum emprego e a fixação de jovens na região.

A sustentabilidade da Instituição obriga a investimentos na adaptação das instalações para que sejam cumpridas as obrigações definidas pelas alterações legislativas, e sobretudo para que aumentem os níveis de conforto, para que juntamente com o trabalho eficiente das nossas colaboradoras e colaboradores, seja considerada uma referência a nível regional e, deste modo, possamos atrair Utentes de outras localidades.

ASCC  
X  
E  
P

Aguardamos melhores oportunidades de financiamento para realizar os investimentos aprovados para o ano de 2018.

## Análise económica e financeira

Procuramos assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Instituição.

Concluimos a construção do muro de suporte de terras com montagem de uma vedação de modo a proteger o espaço envolvente ao lar de modo a garantir a segurança dos nossos utentes e também, para proteger o lar de invasão do espaço exterior por pessoas que não pertençam à Instituição, aumentando assim consideravelmente a segurança dos Utentes e das instalações.

O resultado do ano de 2017 foi um saldo positivo de 38.420,22 Euros.

Em anexo ao Relatório de Gestão juntamos as Demonstrações Financeiras que apresentam uma análise mais detalhada da situação económica e financeira da Santa Casa e de a sua evolução nos anos de 2016 e 2017.

## Recursos humanos

Procuramos manter e se possível melhorar os níveis de motivação de todas as colaboradoras e colaboradores desta Instituição. Foi dada formação e prevemos em 2018 continuar mais formação técnica que se reflectirá numa melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Mantemos avença com uma médica, fizemos contrato sem termo com um enfermeiro, e temos uma enfermeira a recibos verdes, para prestarem cuidados de saúde primários.

## Perspectivas para o futuro

Para o ano de 2018 procuramos cumprir o plano de atividades aprovado em Novembro de 2017.

Consideramos importante e necessário fazer os investimentos previstos no plano de investimentos para 2018. Está praticamente concluído o projecto para a remodelação da lavandaria, e dos quartos situados por cima da citada lavandaria.

Assim que as condições meteorológicas o permitam daremos início à reparação do telhado da casa do antigo posto médico.

A reparação e remodelação da igreja da Misericórdia, está condicionada ao seu financiamento em condições favoráveis.

Os investimentos serão realizados à medida que seja possível garantir o seu financiamento sem comprometer a sustentabilidade financeira corrente.

a climatização e conforto. Procuramos que este investimento seja realizado de forma progressiva e faseada.

### Comentários finais

Estamos atentos às críticas e aos anseios de todos os que de algum modo se preocupam com esta Instituição, ajudando-nos a corrigir o que deve ser corrigido, sempre numa perspectiva de um futuro que reforce a qualidade.

Gostávamos de ver maior participação dos irmãos e de ter mais adesões de novos irmãos jovens e menos jovens que permitissem que esta instituição veja reforçados os laços de solidariedade dos Monsantinos, dos residentes nesta região para que a cultura monsanitina perdure e se reforce.

Monsanto, 08 de Março de 2018

A Mesa Administrativa

Antonio Luis Audade Beutici

Maria Alice Montezano Sena Costa

Luiz Felipe dos Reis

Paulo Roberto Santos Costa

[Assinatura]



# Demonstrações Financeiras 2017

(31 de Dezembro de 2017)



## Balanco

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 049 737,16	1 134 152,80
Bens do património histórico e cultural	4	55 084,12	55 084,12
Investimentos financeiros	11.1	1 610,90	907,97
Subtotal		1 106 432,18	1 190 144,89
Ativo corrente			
Inventários	5	2 023,00	1 393,76
Créditos a receber	8	4 268,32	8 913,72
Estado e outros Entes Públicos	11.4	4 577,36	7 001,41
Diferimentos	11.2	2 819,42	2 363,06
Outros ativos correntes	8	9 860,47	17 692,45
Caixa e depósitos bancários	8	468 221,56	366 399,24
Subtotal		491 770,13	403 763,64
Total do Ativo		1 598 202,31	1 593 908,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.3		
Fundos	11.3	852 308,89	852 308,89
Resultados transitados	11.3	506 416,42	484 956,07
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7, 11.3	127 614,15	168 181,77
Resultado líquido do período		38 420,22	21 460,35
Total dos fundos patrimoniais		1 524 759,68	1 526 907,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	8	7 930,08	2 486,16
Estado e outros entes públicos	11.4	8 467,45	8 522,72
Outros passivos correntes	8	57 045,10	55 992,57
Subtotal		73 442,63	67 001,45
Total do passivo		73 442,63	67 001,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 598 202,31	1 593 908,53

Monsanto, 8 de Março 2018  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jorginho de Almeida

Autónio Luis Almeida Pereira  
 Maria Alice Monteiro Sena e Costa  
 Luís Filipe Rodrigues  
 Paulo Manuel Santos Costa  
 O Santo

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	852 308,89	448 489,56	169 114,07	36 466,51	1 506 379,03		1 506 379,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						-		-
Alterações de políticas contabilísticas						-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-		-
Realização do excedentes de revalorização						-		-
Excedentes de revalorização						-		-
Ajustamentos por impostos diferidos						-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						-		-
Aplicação do Resultado Líquido de 2015			35 466,51		(36 466,51)	-		-
	2	-	35 466,51	-	(36 466,51)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				21 460,35	21 460,35		21 460,35
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3				(15 006,16)	(15 006,16)		(15 006,16)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos						-		-
Subsídios, doações e legados	7			40 000,00		40 000,00		40 000,00
Distribuições						-		-
Outras operações	7			(40 932,30)		(40 932,30)		(40 932,30)
	5	-	-	(932,30)	-	(932,30)		(932,30)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	11.3	852 308,89	484 956,07	168 181,77	21 460,35	1 526 907,08		1 526 907,08

Monsanto, 8 de Março 2018  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

*Miguel Joaquim de Almeida José**António Luís Almeida Beedici*

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	852 308,89	484 956,07	168 181,77	21 460,35	1 526 907,08		1 526 907,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						-		-
Alterações de políticas contabilísticas						-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-		-
Realização do excedentes de revalorização						-		-
Excedentes de revalorização						-		-
Ajustamentos por impostos diferidos						-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						-		-
Aplicação do Resultado Líquido de 2016	11.3		21 460,35		(21 460,35)	-		-
	2	-	21 460,35	-	(21 460,35)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				38 420,22	38 420,22		38 420,22
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3				16 959,87	16 959,87		16 959,87
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos						-		-
Subsídios, doações e legados	7					-		-
Distribuições						-		-
Outras operações	7			(40 567,62)		(40 567,62)		(40 567,62)
	5	-	-	(40 567,62)	-	(40 567,62)		(40 567,62)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	11.3	852 308,89	506 416,42	127 614,15	38 420,22	1 524 759,68		1 524 759,68

Monsanto, 8 de Março 2018  
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

*Miguel Joaquim de Almeida José*

*António Luís Almeida Beedici*  
*Miguel Almeida Beedici*  
*Luís Filipe Ribeiro Pinheiro*  
*Paulo da Silva Santa Cruz*  
*Beedici*



## Anexo

### Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

#### 1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, com o NIF 501290524 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede e instalações sociais em Avenida Heróis do Ultramar, s/n, na localidade de Relva, da vila de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, fundada no início do século XVI, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88101 Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
- 56290 Outras atividades de serviço de refeições

#### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicado pelo Aviso n.º 8259/2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

Segundo as informações disponíveis, pressupõe-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo terá sido 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras dos anos anteriores foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2017 e 2016.

reclassificação; a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e a razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

#### **3.2.2. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta desse Imposto (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **3.2.4. Subsídios ao Investimento**

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outras Contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

### **3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram efeitos consideráveis resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 12.14) ou "Outros gastos e perdas" (Nota 12.15).

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se de acordo com os seguintes quadros:

Ativos Fixos Tangíveis em 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	10 225,35					10 225,35
Edifícios e outras construções	1 534 675,48					1 534 675,48
Equipamento básico	471 061,93	7 681,63				478 743,56
Equipamento de transporte	75 245,18		(8 606,48)			66 638,70
Equipamento administrativo	19 528,31					19 528,31
Equipamento biológico	445,01					445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	139 802,91	113,31				139 916,22
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	-	21 263,12				21 263,12
<b>Total</b>	<b>2 250 984,17</b>	<b>29 058,06</b>	<b>(8 606,48)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 271 435,75</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	537 900,80	74 542,37				612 443,17
Equipamento básico	400 649,32	20 046,54				420 695,86
Equipamento de transporte	53 459,93	7 261,75	(8 606,48)			52 115,20
Equipamento administrativo	18 880,87	323,67				19 204,54
Equipamento biológico	333,27	55,63				388,90
Outros Ativos fixos tangíveis	105 607,18	11 243,74				116 850,92
<b>Total</b>	<b>1 116 831,37</b>	<b>113 473,70</b>	<b>(8 606,48)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 221 698,59</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"</b>	<b>1 134 152,80</b>	<b>(84 415,64)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 049 737,16</b>

Ativos Fixos Tangíveis em 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	10 225,35					10 225,35
Edifícios e outras construções	1 528 923,98	5 751,50				1 534 675,48
Equipamento básico	463 071,37	7 990,56				471 061,93
Equipamento de transporte	60 264,28	29 047,00	(14 066,10)			75 245,18
Equipamento administrativo	18 557,20	971,11				19 528,31
Equipamento biológico	445,01					445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	123 304,04	16 498,87				139 802,91
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
<b>Total</b>	<b>2 204 791,23</b>	<b>60 259,04</b>	<b>(14 066,10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 250 984,17</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	463 358,43	74 542,37				537 900,80
Equipamento básico	379 960,39	20 688,93				400 649,32
Equipamento de transporte	60 264,28	7 261,75	(14 066,10)			53 459,93
Equipamento administrativo	17 634,97	1 245,90				18 880,87
Equipamento biológico	277,64	55,63				333,27
Outros Ativos fixos tangíveis	80 228,88	25 378,30				105 607,18
<b>Total</b>	<b>1 001 724,59</b>	<b>129 172,88</b>	<b>(14 066,10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 116 831,37</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"</b>	<b>1 203 066,64</b>	<b>(68 913,84)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 134 152,80</b>



A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	2 182,50	2 002,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	386,85	437,16
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conj.		
Rendimentos e ganhos nos rest. activos financ.		
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	300,00	2 500,00
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	57 567,10	59 727,39
Imputação Subsid. Investimento	33 722,45	34 087,13
Reembolsos	10 057,14	9 827,90
Donativos ("não específicos")	9 503,19	15 811,90
<b>Total</b>	<b>60 436,45</b>	<b>64 667,05</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Verifica-se a manutenção aproximada de todos os valores em todas as rubricas, com exceção das mais valias com a alienação de ativos e donativos, pois ambas não dependem de uma atividade corrente e espetável ao longo dos vários exercícios.

## 6.2. Gastos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	23 603,98	31 570,53
Materiais	6 822,75	9 994,34
Energia e fluidos	70 702,11	75 549,14
Deslocações, estadas e transportes	430,31	866,26
Serviços diversos (*)	25 924,29	31 844,76
Limpeza, Higiene e Conforto	20 150,05	25 861,06
Comunicação	2 626,80	3 539,61
Seguros	1 409,33	1 351,59
<b>Total</b>	<b>127 483,44</b>	<b>149 825,03</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	60,42	3,04
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,35	0,29
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conj.		
Gastos e perdas nos rest. activos financ.		
Gastos e perdas em invest. não financeiros		
Outros Gastos e Perdas, dos quais:	773,52	825,01
Correcções anos anteriores	246,00	
Quotizações	480,00	480,00
Restituições a Utentes		345,00
<b>Total</b>	<b>835,29</b>	<b>828,34</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>3 475,34</b>	<b>7 384,94</b>
Clientes	-	1 778,17
Utentes	3 475,34	5 606,77
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes factoring</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>11 155,83</b>	<b>10 765,89</b>
Clientes	-	-
Utentes	11 155,83	10 765,89
<b>Perdas de Imparidade Acumuladas</b>	<b>10 362,85</b>	<b>9 237,11</b>
Clientes	-	-
Utentes	10 362,85	9 237,11
<b>Total</b>	<b>4 268,32</b>	<b>8 913,72</b>

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Igualmente nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	(1 125,74)	(653,29)
<b>Total</b>	<b>(1 125,74)</b>	<b>(653,29)</b>

Quanto à rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 756,47	15 297,77
Outros Devedores (Cauções)	2 104,00	2 104,00
Adiantamentos a fornecedores		290,68
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>9 860,47</b>	<b>17 692,45</b>



**Mesa Administrativa**

- António Luís Andrade Pereira – Provedor
- Maria Alice Monteiro Sanano Castiço – Vice-Provedora
- Luís Filipe Pedroso Rodrigues – Secretário
- Paulo Manuel Santos Correia – Tesoureiro
- Carlos Manuel dos Santos – Vogal

**Conselho Fiscal**

- Manuel Martins Ramos – Presidente
- José Manuel Boino – 1.º Secretário
- António de Oliveira Monteiro – 2.º Secretário

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Evolução do Número de Pessoas ao Serviço	Média 2016	Média 2017	Dezembro 2017
Colaboradores - Conta Outrem	30	30	31
Colaboradores - Independentes	2	2	2
<b>Total de Colaboradores</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>33</b>

Importa referir que nestas contagens estão considerados todos os colaboradores, independentemente do vínculo laboral existente, mesmo no caso dos programas e candidaturas com enquadramento no I.E.F.P.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	299 848,42	284 818,52
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	2 525,28	159,00
Encargos sobre as Remunerações	66 162,20	62 085,14
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 498,54	2 331,19
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	576,19	2 088,00
<b>Total</b>	<b>371 610,63</b>	<b>351 481,85</b>

Devido ao término de diversas medidas de apoio ao emprego e a algumas contratações necessárias para reforços/substituições nos serviços, resultou um aumento no total de gastos com o pessoal.

**10. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**11.4. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 577,36	7 001,41
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>4 577,36</b>	<b>7 001,41</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	204,57
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 296,68	1 359,21
Segurança Social	7 105,83	6 896,93
Outros Impostos e Taxas	64,94	62,01
<b>Total</b>	<b>8 467,45</b>	<b>8 522,72</b>

**11.5. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,94	0,04
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
<b>Total</b>	<b>0,94</b>	<b>0,04</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	682,25	1 460,54
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>682,25</b>	<b>1 460,54</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>681,31</b>	<b>1 460,50</b>

**12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade não se encontra obrigada a Certificação Legal de Contas, pelo que não dispõe dos serviços nem custeia quaisquer honorários devidos por esta atividade.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 8 de Março de 2017.

Monsanto, 8 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

*Nigel Joaquim de Almeida José*

*Autónio Luis Andrade Pereira  
Mónica Pereira Gonçalves Santos Castro  
Luís Filipe Botelho Botelho  
Paulo Manuel Santos Pereira  
[Assinatura]*